REPERCUSSÕES DO FUNDEF E FUNDEB NOS INDICADORES DE QUALIDADE DE SANTA IZABEL DO PARÁ – A REDE MUNICIPAL EM ANÁLISE

Jaime Junior da Silva Mendonça – Prof. Esp. GEPPEB/UFPA[1]

RESUMO

Este estudo teve por objetivo analisar as trajetórias da matrícula e do financiamento da Educação Básica no município de Santa Izabel do Pará e focaliza a Rede Municipal de Ensino no contexto da política de fundos entre 1998 e 2015. A relevância em realizar este processo de perquisição nessa localidade, justifica-se pelo fato de até o momento atual ainda haverem poucos estudos na área. A pesquisa bibliográfica e documental permeia o processo metodológico, cuja abordagem é qualitativa, foi realizada revisão acerca da literatura da área, coleta de dados financeiros extraídos dos balanços anuais da FINBRA, e dados de matrículas, coletados do censo escolar, com base no banco de dados do INEP. Os mesmos foram organizados em tabelas, gráficos e revelaram que houve, ao contrário do esperado, crescimento no total de matrículas na Educação Básica durante o FUNDEF, e queda das matrículas durante o FUNDEB. Já os gastos com a função educação, apresentou evolução crescente durante quase todo o período analisado e que os gastos do FUNDEF/FUNDEB foram utilizados conforme as determinações legais e foram aplicados predominantemente na remuneração dos professores do Ensino Fundamental e/ou profissionais da Educação Básica.

Palavras-chave: Educação Básica. Financiamento da Educação. FUNDEF. FUNDEB.

INTRODUÇÃO

Este escrito expõe os resultados obtidos com os estudos feitos sobre a ferida temática, como forma de junção a pesquisas já efetivadas em investigações travadas em âmbito local pelo Grupo de Estudos e Pesquisas em Políticas Públicas para a Educação Básica (GEPPEB), como é o caso, por exemplo, do trabalho de (MENDONÇA; CARVALHO, 2015) para com o município de Ananindeua, Região Metropolitana de Belém (RMB).

[1] Grupo de Estudos e Pesquisas em Políticas Públicas para a Educação Básica – GEPPEB – jaimejr@hotmail.com.br

O interesse em realizar o processo de investigação nesse Município, fundamenta-se também pelo fato de até o tempo presente ainda existirem poucos estudos na área. Para, além disso, existem várias determinações legais contidas em documentos oficiais como o Art. 206 do texto Constitucional (BRASIL, 1998), na LDB nº 9.394 (BRASIL, 1996a), na EC nº 14 (BRASIL, 1996), na Lei do FUNDEF nº 9.424 (BRASIL, 1996b), na EC nº 53 (BRASIL, 2006) e na Lei do FUNDEB nº 11.494 (BRASIL, 2007) que tratam da melhoria da qualidade (por meio de seus indicadores: aprovação, reprovação e evasão) da educação como aspecto importante da política educacional brasileira e que, portanto, nos debruçamos investigar.

Com a implementação do Fundo de Manutenção e desenvolvimento do Ensino Fundamental e Valorização do Magistério (FUNDEF) e, posteriormente, pelo Fundo de Manutenção e desenvolvimento da Educação Básica e de valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB), intensificaram-se as pesquisas sobre o financiamento da educação no Brasil nos últimos anos em que foram estabelecidas mudanças em relação à forma de gestão dos recursos públicos educacionais (EDNIR; BASSI, 2009).

Assim, compreender o funcionamento destes fundos, suas implicações para a gestão dos recursos públicos educacionais e avaliar os seus efeitos na dinâmica das matrículas da educação municipal paraense, se faz imprescindível. Em função disso, este artigo teve por objetivo fazer uma análise preliminar acerca do financiamento da educação no Município de Santa Izabel do Pará e da dinâmica das matriculas da educação básica no contexto do FUNDEF/FUNDEB no Município.

METODOLOGIA

Para a realização desta foi empregada a coleta indireta de dados que, de acordo com Crespo (2009) caracteriza-se pela coleta de dados já realizados diretamente por outro pesquisador ou instituição. Assim, este estudo fez uso de dados quantitativos referentes aos indicadores educacionais de qualidade dos municípios, coletados junto a Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisas – FAPESPA, e junto ao Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas em Educação (INEP – Censo Escolar). Depois de coletados, os dados foram tabulados e analisados a partir das técnicas estatísticas de taxa e percentual.

As fontes complementares de informação consideradas para este trabalho, foram de duas proveniências de apoio bibliográfica e documental:

a) a de base bibliográfica nos permitiu estabelecer um diálogo com a literatura produzida sobre o tema e objeto de estudo da pesquisa que tratem de: Qualidade da educação, Financiamento da Educação e Políticas de Fundo. Para a definição do arcabouço teórico que possibilitou a compreensão da temática em estudo, também foram analisados relatórios de pesquisas, dissertações e teses produzidas durante o período de vigência do FUNDEF/FUNDEB no Estado do Pará (1998 a 2015);
b) a de base documental consubstanciadas em publicações de organismos, entidades e instituições que definem as orientações para a qualidade da Educação, bem como outros documentos legais: Constituição Federal (BRASIL, 1988), a LDB 9.394 (BRASIL, 1996a), Lei do FUNDEF nº 9.424 (BRASIL, 1996b), Lei do FUNDEB nº 11.494 (BRASIL, 2007), Plano Nacional de Educação (BRASIL, 2014) e outros que orientaram as políticas públicas educacionais vigentes. Estes documentos nos ajudaram a entender os aspectos legais acerca do financiamento da Educação.

Para este estudo as análises se concentraram sobre Santa Izabel do Pará, município paraense que compõem a RMB, distante 36 km da mesma, uma área territorial de 717,6 Km². Sua população estimada em 2016 era de 67.686 habitantes, dos quais 72% estão situados na área urbana e os demais 28% estão na área rural (IBGE, 2010). Segundo ainda as estimativas do IBGE. Possui IDH-M 0,659 (PA: 15º) – médio, segundo os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) 2016, o que nos chamou atenção e levou-nos a tentar compreender como vem se tratando a questão da performance dos indicadores de qualidade na série histórica analisada, atualmente o municipio, conta com três distritos: Santa Izabel do Pará (sede do Município), Americano e Caraparu.

Visto que existem poucos estudos que revelam este aspecto. O mapeamento das informações aqui propostas pode se constituir em instrumento para deliberar acerca de medidas efetivas para a melhoria da Educação Básica.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Para compreensão do Financiamento da Educação básica no contexto recente da política de fundos, foi feito uma revisão da literatura acerca do tema e do conceito de política de fundos e percebemos que a história do financiamento da educação pública brasileira pode ser descrita em quatro grandes períodos (GOUVEIA; SOUZA, 2015).

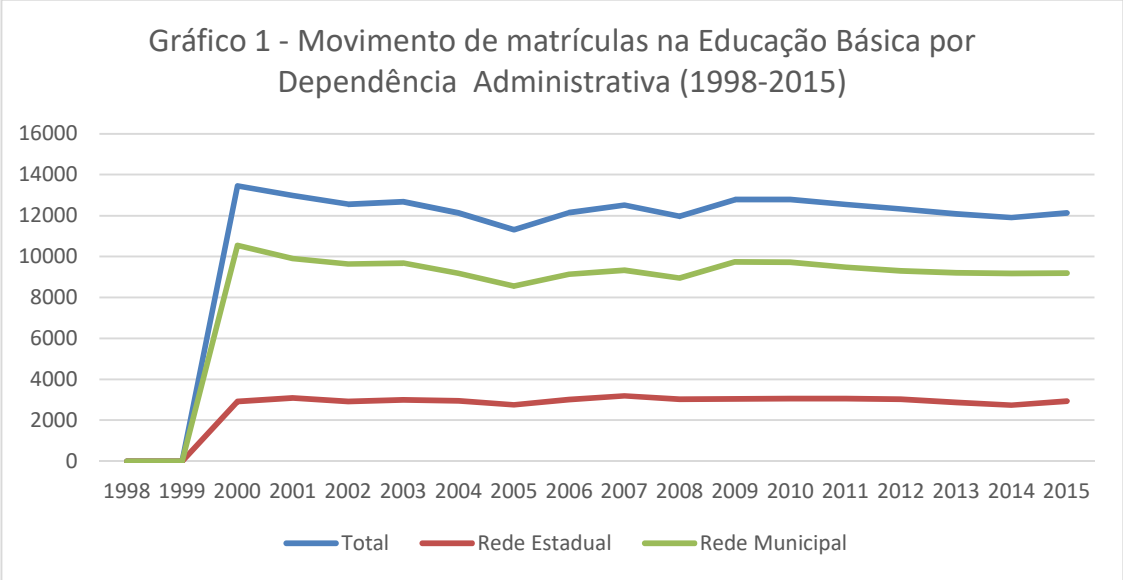
O FUNDEB, com uma política de fundo de maior abrangência, que pretende superar as limitações e todos os problemas provocados e não resolvidos pelo FUNDEF, tais como: o seu impacto negativo sobre a Educação Infantil e sobre a Educação de Jovens e Adultos, a precariedade do sistema de avaliação e controle de seus recursos, bem como a inexpressiva valorização do Magistério.

Porém para Carvalho (2013), sua principal fragilidade reside no fato de trazer poucos recursos novos para o sistema educacional como um todo. Os mesmos não foram ampliados na mesma proporção de sua abrangência em termos de alunos de outras etapas e modalidades de ensino da Educação Básica.

Com a relação ao atendimento da Educação Básica, em Santa Izabel do Pará, pelas Redes Públicas de Ensino: Estadual e Municipal. E para análise lançou-se mão dos dados do Censo Escolar do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) para a investigação do período de 1998 a 2015.

Conforme os dados do IBGE, em 2015, os alunos dos anos inicias da rede pública do município tiveram nota média de 3.9 no IDEB. Para os alunos dos anos finais, essa nota foi de 3.7. Na comparação com municípios do mesmo estado, a nota dos alunos dos anos iniciais colocava este município na posição 82 de 144. Considerando a nota dos alunos dos anos finais, a posição passava a 38 de 144. A taxa de escolarização (para pessoas de 6 a 14 anos) foi de 98.3 em 2010. Isso posicionava o município na posição 7 de 144 dentre os municípios do estado e na posição 1603 de 5570 dentre os municípios do Brasil.

O gráfico 1, nos ajuda a compreender melhor como essas matículas estavam distribuídas por Dependência Administrativa (Rede Estadual e Municipal de Ensino) no Municipio.



Fonte: INEP/Censo Escolar

De 1998 a 2015 a Rede Estadual aumentou seu atendimento em 0,68% o que corresponde em termos absolutos em 20 matrículas a mais em 2015 em relação a 1998. Já na rede municipal houve uma redução de 12,8%, o que corresponde a 1.359 matrículas a menos em 2015. Percebe que o decrescimento no atendimento a educação básica em Santa Izabel do Pará se deve a diminuição do atendimento na Rede Municipal de Ensino, que no inicio da serie histórica atendia 59,9% dos alunos do Município e chega ao final da serie atendendo 42%.

CONCLUSÃO

As análises das matrículas revelaram que houve crescimento no total de matrículas na Educação Básica durante o FUNDEF, e queda acentuada das matrículas durante o FUNDEB. Quanto a Rede municipal de Santa Izabel do Pará, ela detém a maioria (42%) das matriculas da Educação Básica, mais precisamente detém 100% das matriculas na Educação Infantil e 98,7% das matrículas dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental.

No tocante aos dados financeiros do município, as analises revelaram: 1) a dependência do Município dos recursos oriundos fundos; 2) que a função educação representa o maior gasto do Município durante todo o período analisado e, 3) os gastos do FUNDEF/FUNDEB foram utilizados conforme as determinações legais (com exceção ao ano de 2007) e foram aplicados predominantemente na remuneração dos professores do Ensino Fundamental e/ou profissionais da Educação Básica.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/ConstituicaoCompilado.htm> Acesso em: 09 jun. 2017.

BRASIL. **Emenda Constitucional n. 14**, de 12 de setembro de 1996. Modifica os art. 34, 208, 211 e 212 da Constituição Federal e dá nova redação ao art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 13 set. 1996.

BRASIL. **Emenda Constitucional n. 53**, de 19 de dezembro de 2006. Dá nova redação aos art. 7º, 23, 30, 206, 208, 211 e 212 da Constituição Federal e ao art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 20 dez. 2006.

BRASIL. **Lei n. 11.494, de 20 de junho de 2007**. Regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/Lei/L11494.htm> Acesso em: 09 jun. 2017.

BRASIL. **Lei n. 9.394**, de 20 de dezembro de 1996. Dispõe sobre as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 23 dez. 1996a.

BRASIL. **Lei n. 9.424**, de 24 de dezembro de 1996. Dispõe sobre o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério – FUNDEF. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 26 dez. 1996b.

BRASIL. **Lei nº 13.005**, de 25 de junho de 2014, que aprova o Plano Nacional de Educação (PNE) e dá outras providências. – Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2014.

CARVALHO, F. **Financiamento da Educação Básica Pública:** o "Pano de Fundo" da Política de Fundos no Brasil. Cadernos de Pesquisa: Pensamento Educacional, Curitiba, v.8, n.18, p. 210-232, jan./abr. 2013.

CRESPO, Antônio Arnot. **Estatística Fácil.** 19.ed. atual. – São Paulo: Saraiva. 2009

DAVIES, Nicolas. **FUNDEB:** a redenção da educação básica? Campinas: Autores Associados, 2008.

EDNIR, Madza e BASSI, Marcos. **Bicho de sete cabeças:** para entender o financiamento da Educação brasileira. São Paulo: Peirópolis: Ação Educativa, 2009.

FAPESPA. Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisas. **Estatísticas Municipais Paraenses: Acará. /** Diretoria de Estatística e de Tecnologia e Gestão da Informação. – Belém, 2016. Disponível em: <http://www.fapespa.pa.gov.br/upload/Arquivo/anexo/1284.pdf?id=1497028323> Acesso em: 09 jun. 2017.

GOUVEIA, Andrea Barbosa e SOUZA, Ângelo Ricardo de. **A política de fundos em perspectiva histórica: mudanças de concepção da política na transição Fundef e Fundeb** In: PERES, Alexandre José de Souza e VIDAL, Eloísa Maia (Orgs). O FUNDEB em perspectiva. Em Aberto, Brasília, v. 28, n. 93, p. 5-6, jan./jun. 2015.

IBGE. **Censo Populacional 2016**. Disponível em: <ftp://ftp.ibge.gov.br/Estimativas_de_Populacao/Estimativas_2016/estimativa_dou_2016_20160913.pdf > Acesso em: 09 jun. 2017.

MENDONÇA, Jaime Junior da Silva; CARVALHO, Fabrício Aarão Freire. **Indicadores Educacionais de Qualidade do Ensino Fundamental no Município de Ananindeua-Pa no Contexto do FUNDEF/FUNDEB.** In: 67º Reunião Anual Da Sociedade Brasileira Para O Progresso Da Ciência, São Carlos. Anais. São Paulo: SBPC, 2015. p. 1 - 1.